

AI, DESSA NOITE O VENENO PERSISTE EM ME ENVENENAR

– dizem os versos do fado [Abandono](#), letra de David Mourão-Ferreira e música de Alain Oulmam, audível na voz e na sombra de Amália Rodrigues¹. Serve-nos aqui esta música que fala da falta de liberdade, da prisão e da ausência, para lembrar-nos da permanência dos efeitos do regime militar, que se prolongaram muito além de sua vigência institucional.

A crise de agosto de 1980

Estamos em agosto de 1980, decorridos já dezesseis anos do golpe militar. As crises políticas que antes do regime militar encontravam seu ponto de convergência nas eleições e sua solução mediante o jogo parlamentar (afiaçadas, é claro, pelas Forças Armadas), transferiram-se, portanto, depois do golpe militar, para os quartéis. As contradições de classes na sociedade brasileira enfeixam-se no Alto Comando das FFAA.

A crise de agosto de 1980 acontece ainda dentro dessa moldura político-institucional definida pelo golpe militar mas sob outras condições históricas. Pela primeira vez o regime militar atravessa uma crise de proporções. O processo vem desde 1977 pelo menos quando, no IV Congresso das Classes Produtoras, a burguesia levantou a bandeira da "desestatização" da economia e alguns setores falaram em "democracia". O governo do general Geisel expressou a resposta possível a esta perda de coesão da burguesia em torno do regime - a chamada estratégia da "abertura lenta, gradual e progressiva" através da qual os militares deixariam o governo, passando-o, com "salvaguardas", às lideranças civis da elite política. Mas esse processo começou a escapar do controle com as manifestações massivas dos estudantes exigindo a democratização do regime, ainda no ano de 1977. A marcha da conjuntura acelerou-se com a retomada do movimento operário, a partir de fins daquele ano, nas campanhas pela reposição salarial na Volkswagen e outras empresas automobilísticas do ABC paulista.

Entre 1978 e 1980, na seqüência de uma onda de greves inédita desde 1964, a reorganização do movimento operário produziu uma liderança sindical combativa que logo escolheu a idéia de um partido próprio, o Partido dos Trabalhadores. O agravamento da situação econômica e a insatisfação social representam o pano de fundo do amadurecimento do proletariado industrial.

O processo da "abertura" é implementado para responder à nova situação: abre-se a reforma político-partidária, com o fim do bipartidarismo, em 1979, sob a inspiração do estrategista general Golberri do Couto e Silva. A aceleração das iniciativas de abertura por parte do general-presidente Figueiredo, agora ocupando o cargo de presidente da República, responde às pressões sociais

¹ "Amália Rodrigues", gravação da DRG Records Incorporated, 1997. O fado (dos anos 1960?) é, sem dúvida, uma exceção "política" na carreira da fadista, muito embora, como oportunamente lembrou-me Manoel M. Monteiro, ao falar das necessidades do povo estava a trazer a política ao seu canto. Não seria esta uma interpretação excessivamente benevolente, se considerarmos ter ela sido uma importante figura pública sob o salazarismo?

vindas "de baixo" para manter o controle "por cima" pois, ao mesmo tempo, o regime é implacável com o movimento grevista aplicando a legislação trabalhista e a Lei de Segurança Nacional.

Todas essas manifestações de novas forças sociais em oposição ao regime militar e as aparentes concessões que lhes fez a estratégia "golberista" do general Ernesto Geisel, conduziram à radicalização da ala mais reacionária das Forças Armadas. Com a ascensão de Figueiredo à presidência da República, em 1979, reiterando o compromisso com a "abertura", a facção "ultra-direitista" tentou reverter a situação. Sua estratégia era a de encurralar o governo nos limites do próprio regime militar. Adotou, em consequência, a tática das "ações localizadas" (pressões, ameaças, bombas) sobre a liderança operária, as esquerdas e as correntes de opinião que, de uma forma ou outra, questionassem a ditadura.

Os conflitos dentro das Forças Armadas refletiam, portanto, luta de facções em torno de diferentes soluções para resolver o problema da coesão política entre as classes dominantes.

Chegamos assim a agosto de 1980, com atentados cruentos e audaciosos. Aos dia 27 deste mês, bombas causam uma vítima mortal, a secretária Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, Lyda Monteiro e ferem assessor do vereador Antonio Carlos, membro da "tendência popular" do Partido da Mobilização Democrática Brasileira.

Como se encontram e se posicionam as classes e as forças políticas fundamentais do país neste momento?

No palco dos acontecimentos de agosto de 1980, os trabalhadores e, principalmente a classe operária, são os grandes ausentes. Enquanto a massa dos estudantes vai às ruas protestar contra os atentados, o proletariado permaneceu em silêncio. É que o despertar do movimento operário, três anos atrás, não foi suficientemente organizado e nem deu o salto da luta econômica para a luta política. Os partidos e organizações políticas que poderiam expressar o ponto de vista dos trabalhadores, como é o caso do PT, não se sobressaem na crise de agosto.

Ao contrário, no cenário onde se desenrolam os acontecimentos de agosto, no Rio de Janeiro e em Brasília, nas ruas, na Ordem dos Advogados e na cúpula do poder institucional, estão em confronto forças políticas vinculadas à burguesia e à pequena burguesia.

E em Brasília, no Palácio do Planalto, estão em confronto duas correntes, todas ligadas à burguesia: a "ultra-direita", representada principalmente pelo general Milton Tavares, personagem que no Alto Comando das FFAA passou a canalizar o descontentamento dos gorilas com os rumos da "abertura democrática"; o próprio general-presidente, Figueiredo, tendo como apoio os ministros militares das três armas e que se expressa através do senador Jarbas Passarinho no Congresso Nacional.

Os liberais, vítimas diretas do atentado do dia 27, representados pela OAB na figura de Seabra Fagundes, catalizam a mobilização da classe média horrorizada com a violência. Fazem-se representar não apenas no pequeno número de advogados que participam da marcha fúnebre do dia 28, mas na grande massa de estudantes que vai às ruas velar o cadáver da secretária da OAB aos gritos "fora terroristas no poder". É sintomático que, no meio dos estudantes, membros de algumas organizações de esquerda, tenham assumido o controle da segurança - evidente no cordão humano formado em volta do Consulado dos Estados Unidos, para evitar a ação de provocadores no momento da passagem dos manifestantes.²

Sentindo o apoio da pequena - burguesia, os liberais tomam a iniciativa nas Comissões Parlamentares de Inquérito de Minas Gerais e São Paulo, nas quais se apuram denúncias contra militares em Minas Gerais, ex-agentes policiais, oficiais da Polícia Militar do chamado "esquadrão" de Maluf, em São Paulo. As denúncias incluem os nomes de generais como Milton Tavares (São Paulo), Coelho Neto (Minas Gerais) e Antonio Bandejas (Rio Grande do Sul), mentores da estratégia de atentados denominada de "Operação Cristal" pelo deputado Genival Tourinho (Partido Democrático Trabalhista).

A ultra-direita reage a esta situação com a "descoberta" de terroristas numa obscura cidade do interior de Minas Gerais. Mas o propalado terrorista, qualificado de "militante trostkista", não passa de um simples vereador do Partido Popular, Conegundes, farsa desacreditada inclusive pelos militares fiéis a Figueiredo. Ainda assim, a pressão sobre o governo é grande. A Secretaria de Comunicações divulga nota na qual reafirma o caso Conegundes-OSI, do interior de Minas, para amparar a necessidade de uma legislação anti-terror.

Estará o regime militar voltando aos tempos de Médici?

Figueiredo e o grupo palaciano defensor do compromisso golberista, isto é, da "abertura democrática", capitalizam a condenação em massa da classe média aos atentados criminosos. A grande burguesia, através de seu porta-voz, expressa publicamente apoio à "abertura" no 5º Encontro Nacional de Exportadores. Laerte Setúbal, presidente da Associação Brasileira de Exportadores manifesta ao governo de Figueiredo, no dia 8 de setembro,

*o aplauso e a solidariedade merecida, em face da firme, serena e desassombrada posição com a qual está enfrentando os atos covardes da ação extremada com que se tenta perturbar a vida do país.*³

² É importante assinalar o sentido simbólico deste ato: o estabelecimento de um "cordão humano" ao expressar o temor de que um "ato provocativo" contra o Consulado fosse desencadear a repressão policial sobre os manifestantes, propunha uma luta contra o "inimigo principal" - o regime militar. Desde então o governo americano foi sistematicamente preservado do julgamento de suas responsabilidades diretas na implantação e consolidação da ditadura.

³ Jornal do Brasil, 09/9/1980.

Contudo à medida que os dias passam, assombrados ficam todos os setores políticos envolvidos e interessados nos acontecimentos.

Por um lado, a posição política de Figueiredo oscila de um extremo ao outro. O desencontro de opiniões revela a falta de coesão no Alto Comando das Forças Armadas. Nenhum personagem político expressou tão bem a intensa luta de bastidores nesta fase como Jarbas Passarinho. Seus pronunciamentos que valem como opinião oficial do governo vão desde a defesa de uma lei anti-terror até a rejeição da tese, da crítica à proposição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da violência política no Senado ao endosso da proposta apresentada pelo PMDB.

Constata-se, por outro lado, a completa ineficácia governamental em apurar os fatos, autoria e mandatários dos crimes políticos. A "união nacional" de todos os partidos em torno do governo, insinuada imediatamente após os atentados, perde fôlego. Começa a ficar evidente o preço pago pela continuidade da "abertura": a omissão diante dos atentados, a impunidade dos criminosos e seus mentores. O enfraquecimento político de Figueiredo e seu grupo palaciano aprofunda-se a cada dia um pouco mais.

Apenas o Partido Popular de Tancredo Neves manifesta plenamente seu apoio ao governo militar. Não é difícil entender os motivos. Tancredo, uma velha raposa política da oposição consentida, sabe muito bem que o sonho da Presidência da República acalentado há tanto tempo depende, para realizar-se, de uma base de apoio nas Forças Armadas. Tem consciência também do apoio da burguesia à fração militar governante.

Em contrapartida, os liberais da OAB, apoiados pelo PMDB, lançam um voto de desconfiança no governo militar. Procedem às suas próprias investigações. Mantém a pressão nas Comissões Parlamentares de Inquérito e chegam quase à ruptura na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, órgão governamental destinado à investigação das violações dos "direitos humanos" - cometidas, no caso, pelas próprias forças do regime militar. O intelectual de maior prestígio no país neste momento, Raymundo Faoro, declara publicamente que "a abertura parou" e sugere uma auto-crítica:

A Oposição limitou-se a dar solidariedade ao tom de consternação do discurso do Presidente. Mas a verdade é que cabia ao próprio Presidente ter ido ao encontro da opinião pública, declarando-se disposto até a abrir o sistema no que ele tem de mais impenetrável - seu aparelho repressivo de segurança.⁴

Quais são as perspectivas imediatas?

Apesar das diferenças entre os "ultras" dos simplesmente reacionários, ambas frações das Forças Armadas estão empenhadas em defender o domínio das

⁴ Jornal do Brasil, 07/09/1980.

classes no poder. Duas matérias publicadas pela imprensa ajudam a deixar isto bem claro.

A primeira consta de um artigo do "Relatório Reservado", uma publicação do meio empresarial e político. O artigo, assinado por Antonio Beluco Marra diz o seguinte:

Não há, entretanto, apesar destas divergências, nenhuma ruptura significativa entre esses homens. Existe mesmo uma convergência fundamental entre rebeldes e Figueiredo sobre a necessidade de controlar os comunistas e isolar e até eliminar a esquerda mais radical. Só que o presidente confiaria esta tarefa aos tribunais.

A segunda é uma notícia do Jornal do Brasil de 07 de setembro de 1980, intitulada "Golbery diz que abertura foi possível após divisão da frente oposicionista". A estratégia governamental deveria liquidar o "vigoroso movimento grevista" e "coibir as manifestações agressivas e impróprias" (quer dizer, parlamentares). E é exatamente isto o que faz o governo a partir de setembro. Mas ao contrário das pretensões dos "ultras", o caminho escolhido é o da "lei e da justiça" instituídas pelo regime militar. Daí advém o enquadramento de José Inácio da Silva, o Lula, na Lei de Segurança Nacional por causa da greve metalúrgica de março, o indiciamento do próprio e de Jacó Bittar na mesma Lei por causa da situação no Acre, o processo dos deputados João Cunha e de Genival Tourinho por "ofensas" às Forças Armadas e ao Presidente da República. A democracia planejada pelos militares surgirá, portanto, com o proletariado industrial amarrado e sem voz, se a isto não lhe opuser resistência.

Porém há um ponto onde a estratégia revela sua total debilidade. No pronunciamento de Golbery - feito na Escola Superior de Guerra e "vazado" como um segredo para a imprensa - há uma referência à necessidade, na frente militar, de "...por desde logo paradeiro a pronunciamentos inconvenientes que possam ser interpretados como sinal de fraqueza do Governo." A omissão diante dos atentados chega ao ridículo de um ministro da Marinha afirmar ter conhecimento de seus autores mas estar impossibilitado de apontá-los por "falta de provas". No dia seguinte o Ministério da Marinha desmente a afirmação o almirante para a imprensa.

Com certeza a "solução de compromisso" entre as frações militares pode ser rompido a qualquer momento pelos "ultras". A ofensiva legal contra o movimento operário e as esquerdas não satisfaz os "gorilas". Por enquanto carecem de base social mas jogam com o clima de insatisfação social causado pela recessão econômica em marcha e o temor que a mobilização do proletariado provoca na burguesia. Sua alternativa é prolongar o regime militar, e institucionalizá-lo *a la chilena*. Um retrocesso desta qualidade equivaleria a uma ruptura na atual correlação de forças instaurada sob a premissa da "abertura democrática". O golpismo é, assim, uma alternativa latente no período imediato.⁵

⁵ O papel desempenhado pelo terrorismo oficial é o da intimidação política dos atores sociais. Pode-se dizer que em grande medida este objetivo foi alcançado com o desfecho da transição da

As oposições burguesa e pequeno-burguesa encontraram na defesa da Assembléia Nacional Constituinte a palavra-de-ordem unitária capaz de superar a crise de agosto - acabar com a ditadura militar preservando o domínio de classe da burguesia. Mas com ou sem os militares? O realismo político que se nutre da necessidade de preservar os interesses com o menor dano possível conduz, nas relações de forças políticas em presença no atual momento, à inclusão do partido majoritário da ordem, as FFAA. O Partido Popular e os reformistas do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro falam abertamente em Constituinte "com Figueiredo". Acreditam que os militares afiançarão as eleições diretas em 1982 e na transformação do Congresso em Constituinte.⁶

O PMDB, a OAB e a Igreja progressista querem uma Constituinte "livre". Trata-se do ponto de vista do liberalismo *puro* que adquire, na medida da direção da fração da Tendência Popular do PMB, um caráter *radical*. As correntes de esquerda que participam deste ponto de vista, a saber, da Constituinte Livre e Soberana, transformam-se, deste modo, na "extrema-esquerda do liberalismo".

Qual o comportamento do proletariado nesta correlação de forças? O Partido dos Trabalhadores, representante das camadas mais combativas do proletariado industrial, não teve uma posição clara e própria nos acontecimentos de agosto. A Executiva Nacional do PT convocou seus militantes a repudiarem os atentados "juntamente com todas as forças democráticas da Oposição". Os militantes foram às ruas mas confundiram-se no clamor democrático geral. É claro que existem situações nas quais o proletariado coincidirá com os liberais. Esta coincidência se dá no repúdio aos atentados, na exigência da identificação e punição dos responsáveis e na proposta da desmobilização do aparato de repressão política, uma repressão "especial". Mas os interesses do proletariado vão além, exigem a *derrubada* da ditadura militar com a conquista da liberdade sindical e política para os trabalhadores, a liberdade mais ampla possível. O surgimento futuro de uma alternativa revolucionária a partir da mobilização das imensas massas de trabalhadores da cidade e do campo - que ainda está por vir - dependerá deste ambiente de radical liberdade.⁷

ditadura para a democracia burguesa, "pelo alto", quer dizer, através do Colégio Eleitoral e a escolha de Tancredo-Neves para chefiar a presidência da República, em 1984.

⁶ O raciocínio de Tancredo Neves e do Comitê Central foi confirmado pelos fatos e pelo poder das armas diante de um movimento operário politicamente incapaz de uma alternativa própria naquele momento. Se a história desenvolve-se "ao lado do mal" é porque, infelizmente, alguns homens tem mais poder e são mais livres para impor sua vontade aos outros.

⁷ Este texto, escrito em fins de 1980, nunca chegou a ser publicado. Escrito pouco depois dos eventos narrados, o texto está eivado de sonhos e de esperanças que não se cumpriram. Falam também de uma longa noite que, a rigor, ainda não acabou. Lembremos que no ano seguinte aos atentados de 1980, ocorreu o crucial episódio do Riocentro. A reabertura do caso em 10 de junho de 1999 permitiu que o juiz responsável pelo arquivamento do Inquérito Policial Militar na época do atentado, Edmundo Franca de Oliveira, declarasse que entre apurar o caso e preservar a abertura, optou pela segunda opção. (Isto é Brasil, n. 1546: "[Juiz acusa militares](#)") A retomada do processo 18 anos depois do seu início e arquivamento evidencia o longo e tortuoso processo dos crimes da ditadura militar que pouco a pouco voltam à luz. O caso do Riocentro é crucial porque representa o fim da intervenção aberta da ultra-direita e simultaneamente, os termos impostos pelos militares para deixar o exercício do governo ao país. Estes termos eram, como se constata retrospectivamente, condições e estas tiveram o endosso da coalizão partidária que sustentou a

O futuro do passado

Há muitos anos o Grupo Tortura Nunca Mais dedica-se a resgatar a memória desta época, a denunciar os crimes e a exigir a punição dos seus responsáveis. Recentemente, a diretora do Arquivo Histórico do Estado do Rio de Janeiro, Jessie Jane solicitou ao Governo do Estado que o prédio da antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), situado na Rua da Relação, na cidade do Rio de Janeiro, fosse tombado para ser transformado em um museu, quem sabe o primeiro no qual o terrorismo de Estado brasileiro fosse considerado um objeto de coleção museográfica. O Presídio Novo, de Recife, foi transformado em centro de artesanato, eliminando assim a memória social da violência estatal durante o Estado Novo. Pois bem. Imediatamente verificou-se uma reação da Polícia Civil. A reação dos agentes da Polícia Civil foi a de ocupar fisicamente o edifício. No dia 23 de dezembro de 1999, quando terminei de escrever este texto, tive a oportunidade de passar por lá em direção ao centro da cidade. Vi as faixas estendidas ao longo das janelas daquele edifício com a seguinte frase que me atingiu, em seu escárnio, como uma chicotada sobre a carne:

Em defesa dos direitos humanos, este prédio pertence à Polícia Civil.

Podemos acreditar que uma lei de compensação histórica dos oprimidos possa existir? Talvez, na condição de a entendermos como uma aposta para quem luta. Pouco antes de concluir a edição deste livro, fui convidado a participar de uma cerimônia pública no dia 17 de abril de 2001. Naquele dia aconteceu a assinatura do termo de cessão do prédio da Rua da Relação n. 40 (prédio onde funcionara o DOPS – R. J.) para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Uma página da história acabava de ser virada. O evento acontecido no cruzamento das ruas da Relação com Inválidos pode ser compreendido como uma reparação concedida aqueles milhares de militantes da esquerda e seus familiares que lutaram e muitos dos quais deram a sua vida no enfrentamento com o regime militar. Uma reparação simbólica apesar da prescrição dos crimes cometidos contra a OAB e o atentado do Riocentro, e da anistia aos generais e oficiais que comandaram o terrorismo de Estado entre 1964 e 1984.

Futuro do presente?

Virar uma página não significa encerrar o capítulo da História do Brasil que distingue este imóvel tombado pelo IPHAN. O Arquivo Público do estado do Rio

transição democrática. A continuidade da violência do Estado contra a população trabalhadora é um capítulo de uma história ainda longe do fim. Lembremos as chacinas praticadas pelas Polícias Militares em Vigário Geral (Rio de Janeiro) e Eldorado de Carajás, no Pará, o assassinato de três operários pelo Exército contra os grevistas da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda no ano de 1988, quando era presidente o atual senador José Sarney, as constantes denúncias de crimes de extorsão, a tortura e o espancamento, o "desaparecimento de pessoas" e a corrupção envolvendo também as polícias civis e a federal, fartamente divulgadas na imprensa, rádio e televisão. Mais importante: os criminosos permanecem impunes. A impunidade é a prova da continuidade do terror de Estado sob a democracia política.

de Janeiro não conseguiu tomar posse do prédio. Pior, a Polícia Civil decidiu ali fazer instalar o Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Restaurou o prédio e iniciou a organização do circuito museográfico que ignora os momentos em que as polícias políticas do Estado Novo e depois a ditadura militar ali fizeram funcionar centros de prisão e de tortura. Apenas depois da instalação e funcionamento da [Comissão da Verdade](#) é que (parece) haver um reconhecimento parcial da História:

Procurada para se manifestar sobre o desejo da CEV-Rio de transformar o prédio do antigo Dops em um memorial político, a Polícia Civil informou, por meio de nota, que aceita ceder parte do imóvel. “De acordo com o subchefe Administrativo, Sérgio Caldas, em reunião com integrantes da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, há cerca de seis meses, ficou acordado que parte do terceiro andar do Palácio da Polícia será destinado à comissão.”